

Aneel alerta para nova corrida por subsídios no setor elétrico¹

Marlla Sabino²

A proposta do governo de criar um teto para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encaminhada ao Congresso por meio da Medida Provisória 1.304/2025, pode desencadear uma nova corrida por subsídios no setor elétrico, avalia o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa. O texto propõe atrelar o limite ao orçamento da CDE de 2026, ainda indefinido. Em entrevista ao ****Valor****, Feitosa alerta que a medida pode abrir espaço para que segmentos busquem ampliar benefícios custeados pela conta de luz.

“Se, de alguma forma, se atrela o novo teto a partir do orçamento de 2026, há um grande incentivo para ampliar esse teto por meio de mais subsídios até 2026. Vejo que realmente deveríamos ter atrelado a 2025, o número já era particularmente conhecido”, afirma. “Já tivemos essa experiência e agora existe esse risco real de acontecer a mesma coisa. Espero que o Congresso Nacional, caso haja decisão de analisar a medida provisória, trate esse aspecto, que também é relevante”, acrescenta.

A CDE é um fundo setorial custeado por encargos pagos por todos os consumidores de energia elétrica e financia benefícios para diversos segmentos, como descontos para fontes renováveis, micro e minigeração distribuída e carvão mineral. Os recursos também são destinados à universalização do acesso à energia, à tarifa social de baixa renda e à compra de combustível para geração elétrica em regiões isoladas.

O receio se apoia em experiências recentes no setor elétrico. A aprovação do marco legal da geração distribuída, por exemplo, levou a um congestionamento de pedidos de conexão às distribuidoras e à agência reguladora para garantir descontos no uso da rede elétrica. Situação semelhante ocorreu quando o Congresso tentou limitar benefícios a fontes renováveis, gerando uma onda de projetos protocolados na Aneel, o que provocou a chamada “corrida do ouro”.

Como exemplo do risco do que pode acontecer até o próximo ano, o diretor-geral cita o aumento “espantoso” e “alarmante” no orçamento da CDE em 2025 em relação a 2024: alta de R\$ 12 bilhões, passando de R\$ 37,2 bilhões para R\$ 49,2 bilhões. Entre os principais fatores que levaram a isso, estão os descontos para consumidores livres que comprem energia de usinas incentivadas, os subsídios para geração distribuída e o incremento nos

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/08/19/aneel-alerta-para-nova-corrida-por-subsidios-no-setor-eletrico.ghm>

¹ Acessado em 19.08.2025

² Jornalista do Valor Econômico

recursos do programa Tarifa Social.

Para Feitosa, a possibilidade de um cenário semelhante se repetir em 2026 dependerá das políticas públicas em discussão no Legislativo. Atualmente, três medidas provisórias tratam de forma direta e indireta de subsídios. Ele considera que a proposta de fim do desconto no fio para consumidores de energia de fontes incentivadas, prevista na MP 1.300/2025, da reforma do setor elétrico, é um passo relevante para reduzir esses benefícios, já que se trata de uma das parcelas que mais cresce na CDE.

“Essa situação de subsídios traz um paradoxo da lei geral da economia, pois quanto mais oferta tem de energia, na verdade quanto mais oferta tem de qualquer produto, o custo deveria diminuir. Neste caso, em função dos subsídios, quanto mais aumentamos a oferta de renováveis, mais subsídios teremos na tarifa. Esse ciclo perverso, vicioso, tem que cessar. Se não, a tarifa continuará aumentando bastante”, afirma.

O diretor-geral destaca que, em meio a este cenário, o governo sinalizou um incentivo à expansão de novos projetos de energias renováveis ao determinar o uso dessas fontes em empreendimentos para empresas instaladas em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), por meio da Medida Provisória 1.307/2025. “Há um incentivo à continuidade da geração renovável, que é uma política de governo. Se os subsídios não forem, de fato, tratados, esta nova geração renovável será elegível para novos subsídios”, diz.

A MP 1.300/2025, que perde validade em 17 de setembro e ainda não começou a ser discutida no Congresso, também traz um cronograma para a abertura do mercado livre de energia elétrica para todos os consumidores, uma mudança no rateio dos encargos setoriais e nos custos das usinas nucleares de Angra 1 e 2, além de um novo modelo para o programa Tarifa Social - que passou a garantir gratuidade no consumo de até 80 quilowatts-hora (kWh) por mês para famílias de baixa renda desde 5 de julho.

“Essa MP traz alguns caminhos que poderiam ter sido seguidos há bastante tempo. É uma boa oportunidade para se debater o setor elétrico com uma visão um pouco mais ampliada. O que nós temos visto ao longo desses últimos anos são ações pontuais, localizadas e ineficientes do ponto de vista global. A MP traz esse contorno de olhar de forma sistêmica os problemas do setor elétrico e, com a ampliação do debate no Congresso ocorrendo, é um momento importante para diversas instituições apresentarem suas ponderações a respeito das necessidades de revisão do modelo”, afirma.

A demora para instalação da comissão mista que irá discutir a MP tem gerado apreensão em integrantes do Ministério de Minas e Energia (MME) e entre agentes do setor elétrico. Para Sandoval, a não aprovação da medida representaria perder uma janela de oportunidade para mudar a trajetória de tarifas no Brasil.

Um dos pontos mais emblemáticos é o futuro do programa Tarifa Social, caso o texto que estabelece o novo modelo não seja aprovado pelo Congresso. Feitosa afirma que, se esse cenário se concretizar, será necessária uma avaliação jurídica, uma vez que subsídios na tarifa só podem ser implementados por lei. “Precisaremos avaliar com maior cuidado, dado a importância para a sociedade. Particularmente, é um tema muito caro para mim, mas precisamos verificar em até que ponto isso tem cobertura legal.”

Feitosa defende que uma tarifa de energia barata é boa “para o pobre e para o rico”, além de ser um fator de competitividade global para o Brasil, que tem indústria que compete com produtos e serviços em escala mundial. “Tarifa alta não interessa a ninguém”, diz.

Para este ano, a previsão é de aumento médio de 6,3%, acima das projeções para os principais índices de inflação. Os encargos setoriais foram o componente que mais pesou para elevar a estimativa, que era de 3,5% em março deste ano. Os dados compõem o boletim “infoTARIFA”, iniciativa da agência reguladora com intuito de dar transparência aos componentes da tarifa e ampliar o debate sobre o tema.

“O principal objetivo é a transparência ativa. A Aneel não controla a tarifa de energia elétrica. Dos quatro componentes da tarifa, a agência só tem influência nos custos de distribuição. Por meio de regulação técnica e econômica é possível capturar as eficiências do setor e é o único que mantém um comportamento estável ao longo dos últimos 14 anos. Ao passo que os custos de encargos dependem de políticas públicas e os de geração do crescimento e da forma como o governo decide contratar”, explica.

Em paralelo a todas essas discussões, a agência vem testando novas modalidades de tarifas no Brasil, por meio dos chamados “sandboxes tarifários”, que visam criar um modelo que dialogue com as inovações tecnológicas. No momento, cita o diretor-geral, há nove projetos em andamento em todas as regiões do país para capturar a dinâmica e o comportamento do consumidor de energia elétrica.

Uma das possibilidades é uma tarifa com valor que mude a depender do horário do consumo, diferentemente do modelo atual, que mantém o mesmo valor de tarifa ao longo do dia e da noite. “Durante o dia, a realidade que temos hoje é que temos um excesso de geração muito grande proveniente da geração distribuída. Poderíamos e deveríamos dar sinais para que o consumo ocorra naquele horário.”